

RESENHAS

TAREFAS DA EDUCAÇÃO

Juan Casassus

Campinas: Editora Autores Associados, 1995

Juan Casassus é um conhecido especialista em planejamento educacional, com atuação marcante na América Latina pelo seu trabalho junto à Unesco.

O texto em questão tem, assim, grande importância sob o ponto de vista teórico e político, pois traz as teses de um erudito, profundo conhecedor da história social e política da América Latina e do desenvolvimento de seus sistemas escolares.

Graças à relevância da obra, podem ficar minimizadas as falhas de tradução e revisão, constituídas de repetidos espanholismos e de diversos erros ortográficos.

A apresentação do livro, assinada por Márcia Ângela Aguiar, já constitui, em si, uma resenha crítica instigadora, que nos convida a percorrer, sem preconceitos, os caminhos traçados pelo autor em direção a um melhor entendimento sobre os significados, não somente técnicos, mas, ao contrário, essencialmente políticos, das antigas e novas propostas educacionais latino-americanas.

Entre os densos artigos que compõem o livro, aquele que traz o título "Gerar Alianças" parece constituir o ponto central das elaborações de Juan Casassus, uma vez que discute o consenso que deve ser a base para projetos educacionais modernizadores, eficazes e duradouros.

O texto faz um resumo do histórico dos sistemas educacionais latino-americanos, descrevendo os diversos tipos de coalizão que sustentaram seu desenvolvimento. Demonstra otimismo sobre o processo

atual de construção de uma nova agenda consensual para a educação, embora enfatize que ainda é necessário muito esforço para que a nova coalizão "tome corpo".

Nessa construção, destaca quatro áreas em que os conflitos tenderiam, depois de árduo trabalho conjunto, a desembocar em um produtivo consenso: a institucionalização do sistema, a prioridade do ensino básico, a focalização na qualidade e o tema do financiamento.

Para uma apreciação crítica do texto, parece-me importante colocar em tela duas das questões: a qualidade do ensino e o financiamento.

Sobre a primeira questão, o autor — embora enfatize que cada pessoa, entidade ou instância administrativa terá sempre uma definição particular sobre o que é qualidade e que um debate plenamente transparente sobre o tema ainda não foi instalado na sociedade — é otimista sobre o possível consenso, principalmente porque "a centralidade da educação hoje radica em sua importância estratégica para as formas e objetos de produção".

Está aí, parece, uma afirmação recorrente, considerada atualmente quase um truísmo, que tem embasado, nos últimos anos, o discurso sobre a convergência dos interesses dos distintos segmentos sociais. No entanto, dados sobre o processo produtivo e análises desenvolvidas por diversos estudiosos não permitem a aceitação tranqüila dessa tese.

Estatísticas macroeconômicas internacionais têm mostrado que a produção para a competitividade globalizada não necessita de extensa mão-de-obra, mas

apenas de reduzida força de trabalho bem formada.

Além disso, diversas pesquisas têm revelado o desenvolvimento de produção de alta tecnologia ao lado de estruturas convencionais. Helena Hirata, por exemplo, analisa iniciativas francesas de modernização e conclui que, mesmo na Europa, há grande heterogeneidade de modelos produtivos, coexistindo flexibilização e taylorismo/fordismo. Os estudos voltados para a terceirização têm mostrado que, em muitos setores, esse processo tem significado a estreita complementação entre trabalho precarizado (presente nas pequenas empresas contratadas) e modernização técnica e organizacional (adotada pelas grandes empresas contratantes). No Brasil, Ruy de Quadros Carvalho, entre outros, constata a predominância e a estabilidade de um padrão produtivo altamente predatório da força de trabalho¹. Outra pesquisa² nacional mostra como a indústria, considerada paradigma de modernização organizacional, desaconselha a seus operários, a continuação de estudos em nível universitário, apesar da apologia constante do advento da sociedade do conhecimento e do rompimento de limites para o avanço individual e social. A alegação é de que a formação já obtida é suficiente para o bom desempenho da função e que um maior nível de escolaridade geraria frustração, em vista da falta de oportunidades de promoção.

Dados desse tipo parecem questionar seriamente o discurso do consenso entre

os diferentes atores sociais sobre a função e a qualidade da educação. São dados que também justificam a seguinte interrogação colocada por José Luis Coraggio: "Em que medida isto (ou seja, o discurso sobre a importância da educação para a produção) corresponde a requisitos sistêmicos da economia (do mundo da produção) ou às necessidades de legitimação política de um projeto político excludente?"³

Enfim, quanto à ampla concordância social sobre a prioridade e a necessidade de qualidade do ensino, parece que o otimismo do autor aqui focalizado, ainda que relativo, assenta-se em premissas que são contestadas em diversos níveis de análises.

A outra arena aberta para a construção de consenso, destacada por Casassus, ou seja, o financiamento, é, ainda, mais problemática. Embora o autor especifique que os recursos para a educação devem competir, entre outras, com as necessidades do ajuste macroeconômico, não considera o fato de que, para as agências internacionais, indutoras de políticas educacionais, a economia de gastos sociais ainda é uma prioridade, o que torna, muitas vezes, apenas retórico o discurso da qualidade⁴.

No Brasil, atualmente, o exemplo mais citado de qualidade e modernização do ensino vem do Estado de Minas Gerais. Em que pese os conhecidos sucessos daquela experiência, é preciso considerar que a falta de recursos tem prejudicado diversas dimensões do projeto, o que

1. Os artigos de Hirata, H. e Carvalho, Ruy de Quadros estão publicados no livro *Novas tecnologias, trabalho e educação*, organizado por Ferretti, Celso et al., Petrópolis, Vozes, 1994.

2. Zibas, D. O reverso da medalha: administração participativa, sociedade do conhecimento e seus limites. *Cadernos de Pesquisa* nº 99, nov. 1996.

3. Coraggio, José Luis. *Economía y Educación en América Latina*. Equador: FLASCO, s/d. (mimeo)

4. Ver a esse respeito o artigo "Escola pública versus escola privada: o fim da história?", de Zibas, D. neste número.

não tem sido devidamente destacado. No entanto, o relatório de pesquisa da FUN-DAP/IESP⁵ é rico em exemplos de comprometimento dos objetivos da proposta em vista da exigüidade do financiamento. Entre outras, chama atenção a questão do salário dos professores, convocados a novas responsabilidades, mas sem compensação adequada⁶.

Nesse contexto de análises contraditórias e de larga divulgação de modelos ditos consensuais, devemos concordar com Márcia A. Aguiar, apresentadora do livro em questão, quando afirma que o texto de Casassus desafia-nos a questionar a natureza e o percurso do conteúdo democrático dos novos projetos, sendo, ainda, "um convite para um esforço teórico para tornar mais claros os limites desse consenso". Para o autor, essa característica instigante de sua obra deve ser altamente gratificante. Para os leitores, fica a obrigação de aceitar o debate.

Dagmar M. L. Zibas
Fundação Carlos Chagas

O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Livia De Tommasi, Mirian Jorge Warde, Sérgio Haddad (orgs.)
São Paulo: CORTEZ/PUC-SP, Ação Educativa, 1996

O livro *O Banco Mundial e as políticas educacionais* é uma coletânea de textos

que foram originalmente apresentados no Seminário O Banco Mundial e as Políticas de Educação no Brasil, promovido pela Ação Educativa e pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História e Filosofia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em junho de 1995.

O seminário concentrou-se na análise da presença do Banco Mundial na definição e no financiamento das reformas educacionais atualmente implementadas nos países latino-americanos, especialmente no Brasil.

O Banco Mundial tornou-se, nos últimos anos, o organismo de maior visibilidade no panorama educativo global. O financiamento não é seu único nem mais importante papel em educação, já que se transformou na principal agência de assistência técnica em matéria de educação para os países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a fim de sustentar essa função técnica, em importante fonte referencial da pesquisa educativa em âmbito mundial.

Esse organismo apresenta uma proposta articulada — identificada por muitos como um "pacote" de medidas — com o declarado objetivo de melhorar o acesso, a equidade e a qualidade dos sistemas escolares, particularmente do ensino de primeiro grau, nos países em desenvolvimento; embora se reconheça que cada país e cada

5. FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO/INSTITUTO DE ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO. Novos padrões e gestão educacional no contexto da reforma do Estado. A experiência de Minas Gerais. São Paulo: FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO/INSTITUTO DE ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO, 1995. (mimeo)
6. Em entrevista à revista VEJA de 7.8.1996, o vice-governador do Estado, Walfrido dos Mares Guia Neto, declara que o piso salarial da professora primária é, em Minas, de R\$ 520,00. Antonio Carlos Hilário, do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, na seção de cartas dos leitores da mesma revista de 21.8.1996, contesta a informação do vice-governador, afirmando que o salário inicial dos professores é de R\$ 255,00. Como se vê, o consenso, mesmo quanto a dados objetivos, é difícil em educação, principalmente quando uma experiência é escolhida como vitrine do modelo. O caso do Chile, também discutido neste número de CP, é outro exemplo de discrepâncias de análises.